

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
LETICIA TRENTINI DE SOUZA

**O PROCESSO DE REVISÃO TRIBUTÁRIA DAS NOTAS FISCAIS DE
COMPRAS DE MATERIAIS DE UMA EMPRESA DO RAMO DE
PAPEL E CELULOSE**

LAGES

2024

LETICIA TRENTINI DE SOUZA

**O PROCESSO DE REVISÃO TRIBUTÁRIA DAS NOTAS FISCAIS DE
COMPRAS DE MATERIAIS DE UMA EMPRESA DO RAMO DE
PAPEL E CELULOSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Centro Universitário UNIFACVEST como
parte dos requisitos para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aluna: Leticia Trentini de Souza

Orientadora: Me. Amanda Miranda Silva

LAGES

2024

LETICIA TRENTINI DE SOUZA

**O PROCESSO DE REVISÃO TRIBUTÁRIA DAS NOTAS FISCAIS DE
COMPRAS DE MATERIAIS DE UMA EMPRESA DO RAMO DE
PAPEL E CELULOSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Centro Universitário UNIFACVEST como
parte dos requisitos para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aluna: Leticia Trentini de Souza

Orientadora: Me. Amanda Miranda Silva

Lages, SC ___/___/2024. Nota ___ _____
(Data de aprovação) (assinatura do orientador do trabalho)

(Coordenadora do curso de graduação, nome e assinatura)

O PROCESSO DE REVISÃO TRIBUTÁRIA DAS NOTAS FISCAIS DE COMPRAS DE MATERIAIS DE UMA EMPRESA DO RAMO DE PAPEL E CELULOSE

Leticia Trentini de Souza¹

Amanda Miranda Silva²

RESUMO

Este artigo explora o processo de revisão de impostos na contabilidade tributária e suas etapas necessárias, com foco em uma empresa do setor de papel e celulose, enfatizando sua importância na redução de riscos fiscais e financeiros para a organização. O objetivo é demonstrar o processo de revisão tributária de notas fiscais de compras de materiais para uma empresa do ramo de papel e celulose. Utilizou-se pesquisas e bibliografias sobre o assunto, com uma abordagem qualitativa, visando demonstrar as etapas do processo de revisão tributária. Os resultados mostram que uma revisão tributária, composta por várias etapas detalhadas e sistemáticas, torna-se fundamental para garantir a conformidade fiscal e evitar riscos financeiros para a empresa. A colaboração entre departamentos e o conhecimento especializado dos profissionais tributários são cruciais para uma gestão eficiente e para o cumprimento das obrigações fiscais.

Palavras-chave: Revisão tributária. Papel e celulose. Conformidade fiscal. Etapas.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, 8ª fase do Centro Universitário UNIFACVEST.

² Graduada em Ciências Contábeis, Especialização em Gestão e Finanças, Mestre em Ambiente e Saúde, Prof.^a e Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIFACVEST.

THE TAX REVIEW PROCESS OF INVOICES FOR PURCHASES OF MATERIALS FROM A PAPER AND PULP COMPANY

Leticia Trentini de Souza¹

Amanda Miranda Silva²

ABSTRACT

This article explores the tax review process in tax accounting and its necessary steps, focusing on a company in the pulp and paper sector, emphasizing its importance in reducing fiscal and financial risks for the organization. The objective is to demonstrate the tax review process of invoices for material purchases for a pulp and paper company. Research and bibliographies on the subject were used, with a qualitative approach, aiming to demonstrate the stages of the tax review process. The results show that a tax review, consisting of several detailed and systematic steps, is essential to ensure tax compliance and avoid financial risks for the company. Collaboration between departments and the specialized knowledge of tax professionals are crucial for efficient management and compliance with tax obligations.

Keywords: Tax review. Paper and cellulose. Tax compliance. Steps.

1 Introdução

A presente pesquisa aborda o processo de revisão tributária das notas fiscais de compras de materiais de uma empresa do setor de papel e celulose e descreve suas etapas necessárias.

O trabalho foca nas etapas do processo de revisão tributária, analisando como uma abordagem sistemática pode aumentar a eficiência operacional e reduzir riscos fiscais, tendo a necessidade de uma gestão tributária adequada em um setor altamente competitivo. Além disso, enfatiza a influência dessa revisão na saúde financeira da empresa.

É importante as empresas se adequarem às regras fiscais e estabelecerem um processo analítico voltado a revisão tributária, tendo a necessidade de cumprir com a legislação. A revisão tributária não só ajuda a cumprir as obrigações legais, mas

também pode trazer economia e segurança, além de destacar a importância de capacitar os profissionais da área.

O objetivo da pesquisa é a descrição do processo das notas fiscais de compras de materiais, essencial para a gestão financeira de uma empresa do setor de papel e celulose, considerando que uma revisão inadequada pode levar a perdas financeiras e complicações fiscais.

Identificar erros comuns na emissão e recebimento de notas fiscais, analisar suas consequências e propor um modelo de revisão tributária, o objetivo geral é mostrar como uma revisão detalhada e composta por etapas pode beneficiar a saúde financeira e a conformidade fiscal da organização.

O desenvolvimento do trabalho envolveu pesquisa bibliográfica de livros, análise de informações, como artigos científicos, leis e normas permitindo uma compreensão abrangente do tema, e do objetivo geral de descrever e passar informações necessárias sobre o processo de revisão tributária das notas fiscais de compras.

A importância do estudo reside na necessidade de as empresas se adequarem às exigências fiscais, evitando penalidades e aproveitando oportunidades tributárias. Além disso, a pesquisa servirá como um guia prático para gestores e profissionais da área, ressaltando a importância de processos rigorosos de revisão tributária como parte integral da estratégia empresarial.

O capítulo 1, refere-se à introdução, justificativa, problema pesquisado e a metodologia presente na pesquisa. O capítulo 2 aborda sobre o referencial teórico acerca do tema. No capítulo 3 está presente os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento do trabalho. O capítulo 4 apresenta a descrição e demonstração do processo de revisão fiscal das notas de compras de materiais para a empresa do ramo de papel e celulose e suas etapas necessárias, por fim, as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração da presente pesquisa.

1.1 Objetivo Geral

Demonstrar o processo de revisão tributária de notas fiscais de compras de materiais para uma empresa do ramo de papel e celulose.

1.2 Objetivos Específicos

1. Conhecer o papel da contabilidade tributária dentro de uma empresa.

2. Compreender os conceitos de nota fiscal, imposto, legislação tributária, fato gerador e obrigação tributária.
3. Descrever o processo de análise fiscal das notas de compras de materiais e a relevância de suas etapas para uma empresa do ramo de papel e celulose.

2 Fundamentação Teórica

O processo de revisão de impostos faz parte da contabilidade tributária; antes de discorrer sobre suas etapas, além de descrever sua importância e as suas consequências para a empresa do setor de papel e celulose, deve-se conceituar que esse ramo da contabilidade tem como objetivo apurar o resultado econômico e contabilizar todos os tributos gerados por uma companhia em um determinado exercício social.

Para Fabretti (2006, p. 28): “(...) é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”

A contabilidade tributária é um estudo e interpretação da legislação, onde abrange os âmbitos municipais, estaduais e federal. Esse setor é responsável pelo planejamento e apuração dos tributos das entidades. O autor Crepaldi (2019, p.74) ensina que:

A contabilidade tributária representa uma área de especialização da contabilidade, tendo como o objetivo principal atender a legislação nas três esferas, União, Estado e Município, dessa forma busca cumprir a obrigação principal que é gerar o tributo e também cumprir as obrigações acessórias de gerar as informações de como se chegou ao montante do tributo.

É notável o quanto essa área se faz importante na situação financeira e empresarial para companhias de todos os portes e setores, já que é uma ferramenta na gestão eficiente dos tributos e na garantia da conformidade fiscal. Fabretti argumenta que:

Como ramo da contabilidade, deve demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e precisa, rigorosamente de acordo com os conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade. O resultado apurado deve ser economicamente exato. (FABRETTI, 2009, p. 5)

Nessa área da contabilidade o estudo da legislação tributária é fundamental para as entidades, pois promove o conhecimento necessário para o cumprimento das obrigações fiscais de uma maneira estratégica e eficiente. Como consta no Art. 96 da

Lei nº 5.172/66 do Código Tributário Nacional, que define a legislação tributária como: “(...) compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes”

A legislação tributária, se faz presente nas notas fiscais eletrônicas, que serão emitidas pelas empresas com o objetivo de registrar operações de produtos e prestações de serviços. Após a emissão do documento a operação será formalizada e se tornará legal. Segundo o Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005:

Cláusula primeira, § 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada e pela autorização de uso por parte da administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Presente no documento fiscal e correlato entre empresa e estado, imposto é uma contribuição financeira obrigatória que deve ser paga ao governo. Com base no Art. 16º da Lei nº 5.172 do CTN, imposto é: “tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. ”

O fato gerador do imposto se caracteriza pela situação prevista em lei que faz surgir a obrigação tributária, onde é estabelecido quando e sobre o que o imposto incide. De acordo com Padoveze (2017), o fato gerador é um evento definido em lei que identifica e configura o nascimento da obrigação tributária, seja principal ou acessória.

A obrigação tributária refere-se no dever estabelecido na legislação, onde as empresas possuem a responsabilidade em realizar o pagamento de impostos e tributos ao estado. Segundo o autor:

No tocante à obrigação tributária, é importante ressaltar que nasce uma obrigação quando, por meio de uma relação jurídica, determinada pessoa credora pode exigir de outra pessoa devedora uma prestação chamada objeto, por determinação legal ou manifestação de vontade. (OLIVEIRA et al., 2009)

Em consonância com o tema referido, o fato gerador do tributo será a compra de um material necessário para a empresa do ramo de papel e celulose. Esse setor, está relacionado a agroindústria e é um ramo que tem como base e matéria-prima o produto da área florestal, onde se faz necessário o manejo de florestas, aliado às ações de preservação ambiental. Segundo Baldo (2005), esse é um dos setores mais

competitivos da economia brasileira; produz cerca de 55% da celulose de eucalipto comercializada no mundo e exporta mais de 50% da produção. Considerando esse segmento industrial, é fundamental adquirir produtos diversos para garantir a operação eficaz da fabricação de papel e celulose, resultando em grandes números de documentos fiscais que passam pela área tributária dessa empresa.

Por conseguinte, o profissional desse campo contábil deve ter um papel excepcional no processo de revisão de impostos, visto que suas análises e interpretações dos tributos presentes nas notas fiscais devem estar precisas e de acordo com a legislação tributária, garantindo que as entregas das obrigações acessórias irão decorrer sem quaisquer controvérsias ao estado, evitando questionamentos tributários e eventuais percas financeiras para a organização.

3 Material e Métodos

Na pesquisa em questão, foi utilizada uma abordagem qualitativa em caráter descritivo. Aplicando uma análise documental, baseada na revisão de bibliografias de livros disponíveis na biblioteca virtual e física do Centro Universitário Facvest - Unifacvest, além da análise de informações disponíveis relacionadas ao tema proposto, como artigos científicos, leis e normas relacionadas ao assunto.

Para examinar e estruturar as informações, foi criado um quadro que facilita a compreensão do processo, detalhando quais etapas são necessárias para a revisão das notas fiscais de compras de materiais de uma empresa do ramo de papel e celulose.

4 Resultados e Discussão

Para que o processo de revisão dos impostos relacionados aos documentos fiscais transcorra de forma adequada, o procedimento deve seguir uma série de etapas sistemáticas e detalhadas.

Inicialmente, a empresa deve adquirir os materiais necessários para suas operações. Esses materiais serão determinados conforme a demanda que a companhia necessita, seja os materiais de insumo ou matéria-prima que segundo os autores Chase, Aquilano e Jacobs (2006), são todos os recursos que entram no processo de produção para criar produtos e serviços. Sejam materiais de uso e

consumo que são consumidos durante as operações diárias da empresa e não fazem parte do produto final ou de ativo imobilizado que se referem aos bens que a empresa adquire com a finalidade de utilizá-los de forma contínua e prolongada, e não para revenda. Segundo o art. 179 da lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, define-se o ativo imobilizado como:

IV - No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Subsequente a categorização do produto necessário, inicia-se uma negociação entre o departamento de compras da empresa do setor de papel e celulose e o fornecedor responsável pela fabricação ou industrialização dos produtos requeridos. Durante essa negociação, serão discutidos aspectos cruciais, como o preço unitário dos produtos, sua quantidade, as condições operacionais, os impostos aplicáveis e eventuais benefícios fiscais, como reduções de base de cálculo ou diferimentos tributários. Todos esses detalhes devem ser claramente especificados no pedido de compras ou no contrato formalizado juntamente com o fornecedor. BOWERSOX; CLOSS; COOPER (2007, p. 90): “Compras bem-sucedidas dependem de localizar ou desenvolver fornecedores, analisar suas habilidades e selecionar e trabalhar com esses fornecedores para atingir a melhoria contínua”.

Após a conclusão dessa etapa preliminar, o fornecedor emitirá a nota fiscal de venda correspondente. O material, acompanhado da nota fiscal, será então transportado e chegará à unidade da empresa, onde será recebido e inspecionado quanto à conformidade com o pedido de compras. De acordo com a lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966:

Art. 50. Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

Chiavenato (2014) destaca que o controle e o recebimento de materiais constituem a fase final do processo de compras. Nesse momento, a pessoa encarregada recebe do fornecedor os itens solicitados pela empresa, verificando se as quantidades entregues correspondem ao pedido e inspecionando a qualidade dos produtos. Uma vez recebido, o material deve ser alocado na área designada para seu uso, onde a entrada física do material é lançada no sistema, seja pelo departamento responsável ou pelo almoxarifado que efetuou o recebimento, esse lançamento no

sistema inclui a verificação da quantidade recebida, a descrição do material e a certificação da conformidade com a nota fiscal emitida.

Esse processo garante que a nota fiscal seja devidamente manifestada e que a operação seja comunicada ao Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), conforme o Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, cláusula décima quinta C: “ Os eventos Confirmação da operação, Desconhecimento da operação ou Operação não realizada poderão ser registrados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de autorização da NF-e. ”

Com a entrada física concluída, a nota de compra fica disponível para a área tributária da empresa, que realizará uma análise detalhada do documento fiscal para que fique em conformidade no sistema da empresa.

Quadro 1 – Descrição das etapas do processo de revisão fiscal

ETAPA DO PROCESSO DE REVISÃO DOS IMPOSTOS	DESCRIÇÃO DA ETAPA
Status da nota no sistema	Verificar o status da nota fiscal no sistema e se a mesma foi concluída corretamente pela área responsável.
Entrada física	Conferir as informações lançadas no sistema com as do documento fiscal, como quantidade e descrição do material.
Impostos e operação da NF-e	Analisar a operação da nota (interna ou interestadual) e se seus impostos estão destacados corretamente, conforme a legislação vigente.
Cálculo do preço unitário	Confirmar se o preço unitário da nota fiscal corresponde ao negociado no pedido de compras, utilizando os impostos destacados para calcular se o valor bruto do pedido coincide com o da no NF-e.
Cálculo do montante líquido	Calcula-se o montante líquido da nota fiscal (sem os impostos), para ajustá-lo no sistema e determinar os valores dos impostos.
Base de cálculo dos impostos	Caracteriza-se pela conferência dos valores dos impostos e de suas bases de cálculos, os mesmos sempre devem estar em conformidade com a nota fiscal.

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

O processo de revisão fiscal inicia-se com a verificação do status da nota no sistema, assegurando que a entrada física tenha sido realizada corretamente. Em

seguida, o revisor deve conferir as informações lançadas, principalmente a quantidade e a descrição dos materiais. Após essa verificação, deve ser analisada a natureza da operação, determinando se a operação é interna ou interestadual, e se os impostos estão destacados adequadamente, de acordo com a legislação, além de possíveis benefícios fiscais.

O próximo passo será a comparação do preço unitário da nota com o negociado no pedido de compras, garantindo que os valores brutos coincidam. O revisor então calcula o montante líquido da nota, excluindo os impostos, o que é essencial para ajustes no sistema e na apuração dos tributos devidos. Por fim, a última etapa envolve a conferência dos valores dos impostos e suas bases de cálculo, garantindo que tudo esteja conforme as informações da nota fiscal e a legislação vigente, pois qualquer divergência pode causar inconsistências tributárias.

Conforme Oliveira (2013), que complementa que a contabilidade tributária tem como função o uso de regras e princípios próprios para interpretar e aplicar as normas legais provenientes da legislação tributária, além de apurar rigorosamente os proventos que devem ser tributados das empresas.

Ao identificar divergências no processo, é essencial tratá-las internamente entre os departamentos da organização e, se necessário, com os fornecedores. Uma comunicação eficaz entre as áreas da empresa permite resolver rapidamente inconformidades, minimizando riscos financeiros e assegurando o cumprimento de prazos. A colaboração entre os departamentos melhora o fluxo de trabalho e fortalece as relações com os fornecedores, contribuindo para a saúde financeira da organização, conforme o autor, trabalho coletivo se caracteriza em:

(...) resultado tangível de vários membros de um grupo que utilizam suas diferentes habilidades para produzir uma melhoria de desempenho que não pode ser alcançada por nenhum dos membros isoladamente. Ou seja, é o resultado do trabalho conjunto de dois ou mais membros da equipe. (KATZENBACH, 2001, p.68)

A revisão assertiva de notas fiscais é fundamental na gestão tributária de uma empresa, garantindo conformidade legal e evitando problemas futuros nas entregas das obrigações acessórias, evidenciando a importância de que o profissional dessa área desempenhe um trabalho de excelência. Como enfatiza o autor (ESNOLDE et al., 2009), é importante que os profissionais da área fiscal possuam um maior conhecimento tributário a fim de minimizar os custos e evitar desembolso além do exigido pela legislação.

De tal modo, o processo de revisão tributária é um componente essencial na gestão fiscal de uma empresa, exigindo um conjunto de etapas sistemáticas e detalhadas para assegurar a conformidade legal e a eficiência financeira, evitando o pagamento de multas ou impostos indevidos. Desde a aquisição dos materiais até a verificação minuciosa das notas fiscais e impostos, cada fase é crucial para evitar divergências que possam resultar em problemas fiscais e financeiros para a organização.

A colaboração entre os departamentos, a comunicação eficaz, o conhecimento aprofundado dos profissionais da área tributária e uma análise crítica no processo de revisão fiscal, são fundamentais para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a legislação tributária vigente. Assim, a atenção aos detalhes e a precisão na análise não apenas reduzem riscos, mas também promovem uma gestão mais eficiente dos recursos, assegurando a integridade dos registros fiscais e o sucesso financeiro da organização.

5 Considerações Finais

Este trabalho abordou o processo de revisão tributária das notas fiscais de compras de materiais em uma empresa do setor de papel e celulose, destacando e descrevendo as etapas necessárias para sua implementação. Com base nessa proposta, buscou-se apresentar as etapas do processo de revisão, demonstrando como uma gestão tributária sistemática pode reduzir riscos e otimizar recursos financeiros.

Os resultados obtidos indicam que uma abordagem estruturada na revisão tributária não apenas garante conformidade com a legislação, mas também proporciona economia e consistência fiscal. A análise detalhada do processo, identifica erros comuns na emissão e recebimento de notas fiscais, evitando suas consequências financeiras, o que demonstra como uma revisão adequada pode evitar perdas significativas e complicações tributárias.

Conseguiu-se descrever o processo de revisão tributária de forma detalhada e destacar a importância dessa prática para a gestão financeira da empresa. Além disso, o estudo funcionou como um guia prático para gestores e profissionais, ressaltando a necessidade de ter um processo rigoroso de revisão tributária como parte essencial da estratégia da organização.

Desta forma, conclui-se a importância do processo de revisão fiscal das notas de compras de materiais da empresa do ramo de papel e celulose e de como as suas etapas, seguidas com criticidade contribui para evitar penalidades e garante que a empresa tenha uma boa saúde financeira e organizacional, além de estar em conformidade e eficiência fiscal.

Referências

BALDO, W. B. O. **Radiografia Econômico-Financeira das Sociedades Anônimas do Setor de Celulose e Papel e suas Perspectivas**. 5. ed. Campinas: ABAR, 2005.

BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J.; COOPER, M. B. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Ajuste SINIEF nº 07, de 30 de setembro de 2005**. Define procedimentos relativos à escrituração fiscal digital (EFD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/AJ007_05>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Código Tributário Nacional. Art. 50. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL, **Lei nº 11.638/07**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CHASE, Richard B.; AQUILANO, Nicholas J.; JACOBS, F. Robert. **Administração de produção e operações**. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Materiais: uma abordagem introdutória**. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 27: Ativo Imobilizado**. São Paulo: CPC, 2012.

CREPALDI, G. S.; CREPALDI, S. A. **Contabilidade Fiscal e Tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ESNOLDE, A. L. et al. **Percepção dos controllers em relação à gestão tributária**. In: 9º Congresso USP – Da pesquisa que temos para pesquisa que precisamos. São Paulo. 2009.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KATZENBACH, J. **Equipes campeãs**: desenvolvendo o verdadeiro potencial de equipes e líderes. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

OLIVEIRA, G. P. D. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, L. M. de. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C.L.; BERTASSI, A.L.; CILLO, A.R. **Contabilidade e gestão tributária**: teoria, prática e ensino, ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2017.